Os desafios da gestão patrimonial na administração pública

Natália Rodrigues Leocádio [1]; 0000-0001-8530-5513
Rodrigo da Costa Alves [1]; 0000-0003-4787-4453
Horácio G. Delgado Jr. [1] ; 0000-0002-3585-9566
Carlos Eduardo Teobaldo Alves[1] 0000-0002-3763-0167
Patrícia Nunes Costa Reis[1] 0000-0002-1094-3737
Salete Leone Ferreira[1] 0000-0002-0937-4899
Débora Cristina Lopes Martins[1] 0009-0008-2312-1661
Luciana Porto de Matos[1] 0000 0002 5786 9298

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
rodrigo.alves@foa.org.br

Resumo: Este estudo investiga como a falta de gestão dos procedimentos adotados por uma autarquia municipal na cidade de Volta Redonda/RJ, pode afetar o desempenho e eficiência da gestão patrimonial? Acredita-se que a gestão patrimonial ineficiente pode acarretar uma série de impactos negativos, tendo em vista que a falta de procedimentos ocasionam descontrole sobre os bens da Autarquia. A ausência de inventários precisos e atualizados resulta em perdas financeiras significativas e relatórios incompatíveis com a realidade, pois, devido à falta de informações confiáveis, há dificuldade na identificação dos bens obsoletos, em desuso ou sujeitos a baixa patrimonial. Tem-se por objetivo geral analisar os impactos da Gestão Patrimonial na Administração Pública, identificando as práticas e desafios que estão associados à gestão eficiente do patrimônio público. Metodologicamente o estudo utiliza de pesquisa bibliográfica e estudo de caso baseando nos procedimentos adotados por uma autarquia municipal da cidade de Volta Redonda/RJ. Com base nas análises efetuadas concluiu-se que para enfrentar os desafios identificados na gestão patrimonial da autarquia será necessário um esforço coletivo. Os registros e inventários desatualizados refletem um dos pontos que mais merecem atenção, falta de manutenção adequada desses documentos compromete a integridade das informações patrimoniais, dificultando a tomada de decisões, a identificação precisa dos bens, a transparência e fidedignidade dos relatórios. No entanto, mesmo que haja a implementação de sistemas modernos de gestão patrimonial, que garantam a atualização constante desses registros, é importante haver o comprometimento e responsabilidade dos servidores responsáveis pela guarda e conservação dos bens.

Palavras-chave: Desafios. Gestão Patrimonial. Administração Pública

INTRODUÇÃO

A administração pública enfrenta diversos desafios na gestão de seus ativos, e a gestão patrimonial desempenha um papel fundamental diante desse cenário. Compreender o conceito de patrimônio é importante para entender e interpretar a estrutura financeira e operacional de qualquer entidade, principalmente quando se trata da administração pública. Este estudo propõe uma análise dos desafios enfrentados por uma Autarquia Municipal de Volta Redonda/RJ quanto a sua gestão patrimonial.

A gestão patrimonial apresenta desafios que exigem atenção e a necessidade de criação de estratégias para solucionar os problemas. Nesse contexto, foi analisado como uma autarquia municipal de Volta Redonda/RJ enfrenta esses desafios, servindo como um estudo de caso e possibilitando uma análise detalhada sobre as práticas e obstáculos enfrentados na gestão patrimonial.

Ao explorar os conceitos fundamentais, as legislações e normativos vigentes, este trabalho pretende contribuir para a compreensão aprofundada dessa temática. A análise da autarquia municipal servirá como base entre os conceitos teóricos e a aplicação prática, enriquecendo a discussão e trazendo informações importantes acerca do tema aos interessados na eficiência da administração patrimonial no setor público.

MÉTODOS

A pesquisa do tipo exploratória contribui para o aprofundamento e familiarização com os assuntos abordados, coletando informações e subsídios para a abordagem do tema. De acordo com o autor Gil (2022) as pesquisas exploratórias são capazes de promover maior familiaridade com o tema, deixando-o mais explícito e possibilitando a construção de hipóteses.

A pesquisa será acerca do sistema de controle e gestão patrimonial na administração pública, tomando-se como base uma Autarquia municipal de Volta Redonda/RJ, coletando informações quanto aos procedimentos patrimoniais que devem ser adotados pela entidade, em conformidade com a legislação e normativos vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória de um bem patrimonial inicia-se no momento de sua compra, de acordo com a Lei nº 8.666/93 as aquisições dos bens patrimoniais podem ser realizadas de diversas formas, neste estudo iremos destacar as aquisições realizadas por uma autarquia municipal através de processo licitatório.

O levantamento de demandas necessárias para aquisição de materiais são realizadas individualmente por cada setor, de acordo com a suas competências na autarquia. As solicitações de compras/processos administrativos dos materiais são encaminhadas ao setor de patrimônio para que os itens sejam classificados como “bens patrimoniais” ou “material de consumo”.

Todas as solicitações de compras são centralizadas na Comissão Permanente de Licitações, o setor responsável por realizar cotações no mercado e acompanhar todo o processo licitatório. Após a conclusão do certame a Comissão Permanente de Licitações encaminha ao fornecedor a nota de empenho, contendo as informações quanto aos prazos e condições de entrega do material, de acordo com as exigências estabelecidas no edital que regulamenta a aquisição, e encaminha o processo ao setor de onde originou a compra para aguardar a entrega do material.

Efetuado o recebimento dos bens, o fiscal do processo deverá realizar a conferência dos itens entregues, atestar a nota fiscal, declarando a compatibilidade entre o objeto entregue e as exigências previstas no edital, e encaminhar o processo ao setor de almoxarifado, para que seja registrada a entrada do bem. Concluída essa fase, o processo deverá retornar à Supervisão de Patrimônio.

O Setor de Patrimônio é responsável por realizar o registro/tombamento do bem no sistema de gestão patrimonial da autarquia, onde são inseridas as principais informações do patrimônio adquirido, como: Data de aquisição; Nome do fornecedor; Número da nota fiscal; Valor de aquisição; Descrição do material e Número do registro patrimonial.

Portanto, após a realização dos lançamento no sistema patrimonial, em atendimento a Instrução Normativa nº 205/1988 definindo que “[...] o número de registro patrimonial deverá ser aposto ao material, mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta

apropriada", o agente responsável pelo setor de patrimônio promove a fixação do número do registro do novo bem.

Ainda no setor de patrimônio, é emitido a Ficha Patrimonial/Termo de Responsabilidade, contendo a localização do bem e informações do agente público responsável por sua guarda, conservação e movimentação. O servidor designado para a guarda do bem assina a Ficha Patrimonial, assegurando que a partir daquele momento é responsável pelo bem adquirido, até que seja dado baixa ou que haja transferência da responsabilidade a outro servidor.

O servidor público designado para guarda de bens patrimoniais é responsável por todas as movimentações que ocorrem, sejam elas internas, quando o bem é transferido de um setor para outro, ou externas, quando o bem é retirado da autarquia para empréstimo a outros órgãos ou manutenções corretivas.

É responsabilidade do detentor do bem patrimonial informar ao setor de patrimônio todas as movimentações realizadas, a fim de que sejam registradas na ficha patrimonial e emitido o Termo de Transferência de Responsabilidade. No entanto, na maior parte dos casos, o setor de patrimônio não toma conhecimento dessas informações e dificultando a realização dos procedimentos para uma efetiva gestão patrimonial.

A partir do momento que o bem patrimonial torna-se inservível, o servidor responsável deverá solicitar ao setor de patrimônio o recolhimento do bem para baixa patrimonial, ou seja, é realizada a exclusão desse bem do acervo patrimonial da autarquia.

O setor de patrimônio realiza o recolhimento do bem considerado inservível e armazena no depósito patrimonial, apropiando-se de sua responsabilidade até que seja definido seu desfazimento. Na autarquia em análise, o desfazimento dos bens patrimonias ocorrem, normalmente, uma vez por ano, através de Leilão, modalidade prevista no Art. 22 da Lei nº 8.666/1993.

As receitas originadas das alienações do patrimônio, são investidas em outros bens que se incorporem ao patrimônio público, conforme determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desafios e Obstáculos Enfrentados pela Autarquia na Gestão Patrimonial

A administração pública, ao lidar com um grande volume de bens patrimoniais, enfrenta diversos desafios na gestão dos bens. Esses desafios vão além das atividades executadas pelo setor de patrimônio, abrangendo aspectos organizacionais, de responsabilidade e até mesmo culturais da autarquia, visto que existem diversos setores envolvidos no processo de gestão.

A falta de informações atualizadas ocasionam mau uso de recursos e apresentam relatórios divergentes da realidade. Para que esse problema seja solucionado, investir em sistemas de informação eficazes não é o suficiente, é necessário que haja comprometimento e responsabilidade dos detentores de bens, para que mantenham o setor de patrimônio informado de todas as movimentações dos bens.

A ausência de uma comunicação entre os setores envolvidos na gestão de bens patrimoniais é um grande desafio. Diferentes departamentos operam de forma isolada, resultando em falhas na troca de informações. Isso pode levar à duplicação de esforços e registros desatualizados, provocando a gestão ineficiente do patrimônio. É importante que haja um acompanhamento periódico e uma possível implementação de sistemas integrados para atualização de informações.

A gestão de bens patrimoniais exige um alto nível de responsabilidade por parte dos servidores detentores da guarda de bens. Muitos servidores não têm consciência sobre a importância do controle patrimonial e a conservação adequada dos bens sob sua responsabilidade, o que resulta na má utilização e deterioração prematura dos materiais.

A inexistência de treinamentos específicos para os detentores de bens patrimoniais é outro desafio. Muitos servidores são designados para obter a guarda de diversos bens e não possuem o mínimo de conhecimento quanto suas obrigações e deveres diante desses patrimônios. A falta de um conhecimento mínimo sobre normas contábeis, procedimentos de inventário e a importância do controle patrimonial compromete a eficiência da gestão. A realização de capacitações e palestras de conscientização e responsabilidades patrimoniais são importantes que os detentores de bens entendam sua função na preservação do patrimônio público.

As normas e regulamentos que regem a contabilidade e gestão de bens patrimoniais na administração pública vêm sofrendo mudanças constantes. Essas alterações trazem um grande desafio os setores envolvidos na gestão patrimonial, principalmente ao setor de patrimônio, que precisam se adaptar às novas exigências e garantir a conformidade contínua. Algumas vezes não há tempo hábil para adquirir os conhecimentos necessários para as mudanças.

Além disso, os gestores do setor de patrimônio destacam a falta de normativos claros que abrangem desde a incorporação do bem patrimonial até o momento de sua baixa nos registros, visto que atualmente são considerados diversos normativos, pois cada uma aborda de um assunto específico.

CONCLUSÕES

Ao realizar uma análise dos desafios enfrentados pela gestão patrimonial na administração pública, com foco específico em uma Autarquia Municipal de Volta Redonda/RJ, evidencia-se a necessidade de reformular e aprimorar os procedimentos executados atualmente. Uma série de obstáculos geram impactos diretos na eficiência e transparência da gestão do patrimônio público.

O estudo observou diversos desafios que enfrentados pela autarquia estudada, como: a desatualização de registros e inventários, a falta de comunicação efetiva entre setores, a ausência de responsabilidade por parte dos detentores de bens, a escassez de treinamento e capacitação, bem como as rápidas alterações nas normas e regulamentos e falta de tempo hábil para aplicação dos mesmo, elementos que afetam diretamente a eficiência e a transparência na gestão do patrimônio público.

Os registros e inventários desatualizados refletem um dos pontos que mais merecem atenção, falta de manutenção adequada desses documentos compromete a integridade das informações patrimoniais, dificultando a tomada de decisões, a identificação precisa dos bens, a transparência e fidedignidade dos relatórios. No entanto, mesmo que haja a implementação de sistemas modernos de gestão patrimonial, que garantam a atualização constante desses registros, é importante haver o comprometimento e responsabilidade dos servidores responsáveis pela guarda e conservação dos bens.

A falta de responsabilidade dos detentores de bens compromete a preservação e cuidado adequado dos bens públicos. A realização de treinamento contínuo e capacitação para os detentores de bens e gestores é fundamental para a consolidação de uma equipe qualificada, visando não apenas a atualização técnica, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a importância da gestão adequada do patrimônio público

Conclui-se que para enfrentar os desafios identificados na gestão patrimonial da autarquia será necessário um esforço coletivo. O estudo não só analisa de forma detalhada dos obstáculos enfrentados, mas também fornece informações para a implementação de melhorias significativas na administração do patrimônio. Seguindo essas diretrizes, a autarquia irá melhorar a gestão de seu patrimônio e aumentar confiabilidade de suas prestações de contas e transparência dos relatórios. A eficácia na gestão patrimonial está ligada ao compromisso contínuo com a responsabilidade pública e a entrega de serviços de alta qualidade à comunidade.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Bruno M.; SANTOS, Elionai J.; GIACOMELLI, Giancarlo; et al. Gestão patrimonial e logística no setor público. Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021662. Disponível em: https://encurtador.com.br/Y6Q0n. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL, Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Portaria nº 117, de 28 de outubro de 2021, 9ª edição. Brasília. 2021. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26. Acesso em: 30 out. 2023

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre as normas para licitações e contratos da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 30 out. 2023.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597006391. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/. Acesso em: 01 nov. 2023.

MARION, José C. Contabilidade Básica: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773220. Disponível em: https://encurtador.com.br/UMIAl. Acesso em: 30 out. 2023.

RIBEIRO, Osni M. Contabilidade básica fácil: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502210912. Disponível em: https://encurtador.com.br/VV1EK. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública, 9ª edição: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522477968. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477968/. Acesso em: 20 jun. 2023.